Diretório para o Culto Público

CARLOS I. Parl. 3. Sessão 5.

UM ATO DO PARLAMENTO DO REINO DA ESCÓCIA, aprovando e estabelecendo o DIRETÓRIO para o Culto Público. EM EDIMBURGO, 6 de fevereiro de 1645.

OS ESTADOS DO PARLAMENTO reunidos agora, na segunda sessão deste primeiro Parlamento trienal, em virtude do último ato do último Parlamento celebrado por Sua Majestade e os Três Estados, no ano de 1641; depois da leitura pública e da consideração séria do ato abaixo transcrito da Assembleia Geral, que aprova o seguinte Diretório para o culto público de Deus nos três reinos, ultimamente unidos pela Liga e o Pacto Solenes, juntamente com a portaria do Parlamento da Inglaterra que estabelece o dito Diretório, e o próprio Diretório; aceitam de coração e com alegria o dito Diretório, de acordo com o ato da Assembleia Geral que o aprova. Esse ato, juntamente com o próprio Diretório, os Estados do Parlamento, sem voto contrário, ratificam e aprovam em todos os seus pontos e artigos, e interpõem e acrescentam a autoridade do Parlamento ao mencionado ato da Assembleia Geral. E ordenam que o mesmo tenha a força e o vigor de uma lei e ato do parlamento, e que se execute em consequência, para observar o dito Diretório, de acordo com o mencionado ato da Assembleia Geral em todos os pontos.

ALEX. GIBSON, Cler. Registri.

ASSEMBLEIA EM EDIMBURGO, 3 de fevereiro de 1645, Sessão 10. Ata da ASSEMBLEIA GERAL da Igreja da Escócia, para o estabelecimento e a execução do DIRETÓRIO para o culto público de Deus.

CONSIDERANDO que uma feliz unidade e uniformidade na religião entre as igrejas de Cristo, nestes três reinos, unidos sob um mesmo Soberano, tendo sido desejada longa e fervorosamente pelos piedosos e bem afetos entre nós, foi proposta como um artigo principal do grande tratado, sem cujo vínculo e baluarte, não se poderia esperar uma paz segura, bem fundamentada e duradoura; e depois, com maior força e maturidade, reviveu na Liga e Pacto Solene dos três reinos; pelo que estão estritamente obrigados a esforçar-se pela mais estreita uniformidade numa forma de governo da Igreja, Diretório de Culto, Confissão de Fé e Forma de Catequese; o que também tem sido, antes e desde que entramos nesse Pacto, o assunto de muitas súplicas e protestos, e do envio de Comissários à Majestade do Rei; de declarações às Honoráveis Câmaras do Parlamento da Inglaterra, e de cartas à Reverenda

Assembleia de Teólogos, e a outros do ministério da Igreja da Inglaterra; sendo também o fim do nosso envio de Comissários, como se desejava, desta Igreja, com a comissão de tratar da uniformidade nos quatro pontos acima mencionados, com os comitês que deviam ser nomeados por ambas as Câmaras do Parlamento da Inglaterra, e pela Assembleia de Teólogos que se reúne em Westminster; e além de tudo isto, sendo, em consciência, o principal motivo e fim da nossa aventura em múltiplos e grandes perigos, para apagar a chama devoradora da presente guerra antinatural e sangrenta na Inglaterra, ainda que para enfraquecimento deste reino dentro de si mesmo, e para vantagem do inimigo que o invadiu; não considerando nada demasiado querido para nós, para que esta nossa alegria se cumpra. E agora que esta grande obra está tão avançada, que um Diretório para o Culto Público a Deus em todos os três reinos foi acordado pelas Honoráveis Câmaras do parlamento da Inglaterra, depois de consultar os Teólogos de ambos os reinos ali reunidos, e enviado a nós para a nossa aprovação, para que, sendo também acordado por esta Igreja e Reino da Escócia, possa ser em nome de ambos os reinos apresentado ao Rei, para o seu real consentimento e ratificação; a Assembleia Geral, tendo considerado, revisto e examinado muito seriamente o Diretório acima mencionado, depois de várias leituras públicas do mesmo, depois de muitas deliberações, tanto publicamente como em comitês privados, depois de ter dado plena liberdade a todos para objetarem contra o mesmo, e de ter convidado seriamente todos os que têm algum escrúpulo sobre o mesmo, a dá-lo a conhecer, para que possam ficar satisfeitos; acorda por unanimidade, e sem voto contrário, aprovar o seguinte Diretório, em todos os seus pontos, juntamente com o Prefácio que se anexa; e exige, decreta e ordena que, de acordo com o teor claro e o significado do mesmo, e com a intenção do Prefácio, seja observado e praticado cuidadosa e uniformemente por todos os ministros e demais pessoas deste reino a quem diga respeito; esta prática iniciar-se-á, uma vez que se tenha dado aviso aos diversos presbitérios pelos Comissários desta Assembleia Geral, que terão também especial cuidado da impressão oportuna deste Diretório, para que se proporcione e conserve uma cópia impressa do mesmo para uso de cada igreja neste reino; também para que cada presbitério tenha uma cópia impressa do mesmo para seu uso, e para que se tome nota especial da observação ou negligência do mesmo em cada congregação dentro dos seus limites, e se dê conhecimento disso à Assembleia Provincial ou Geral, conforme o caso. Contanto que a cláusula do Diretório sobre a administração da Ceia do Senhor, que menciona os comungantes sentados ao redor da mesa ou junto a ela, não se interprete como se, no juízo desta igreja, fosse indiferente e livre para qualquer um dos comungantes não se aproximar e receber à mesa; ou como se aprovássemos a distribuição dos elementos pelo ministro a cada comungante, e não pelos comungantes entre si. Também se dispõe que isto não prejudicará a ordem e a prática desta igreja, nos pontos que se estabelecem nos livros de disciplina e nas atas das Assembleias Gerais, e que não se ordenam e estabelecem de outra maneira no Diretório.

Por último, a Assembleia reconhece, com muita alegria e agradecimento, a rica bênção e a inestimável misericórdia de Deus, ao trazer a tão desejada uniformidade na religião a um período tão feliz, que estes reinos, outrora tão distantes na forma do culto, foram agora, pela bênção de Deus, levados a uma uniformidade mais estreita

do que a de quaisquer outras igrejas reformadas; o que é para nós o retorno das nossas orações, e um iluminar dos nossos olhos, e um reavivar dos nossos corações no meio das nossas muitas penas e sofrimentos; um tirar, em grande medida, o opróbrio do povo de Deus, para tapar as bocas dos malignos e desafetos; e um abrir-nos uma porta de esperança, de que Deus ainda tem para conosco pensamentos de paz, e não de mal, para nos dar um fim esperado; na expectativa e confiança em que nos regozijamos; suplicando ao Senhor que preserve estes reinos de heresias, cismas, ofensas, profanidade, e tudo o que é contrário à sã doutrina, e ao poder da piedade; e que continue conosco, e com as gerações seguintes, estas suas ordenanças puras e purificadas, juntamente com um aumento do poder e da vida das mesmas, para glória do seu grande nome, a ampliação do reino do seu Filho, a corroboração da paz e do amor entre os reinos, a unidade e o consolo de todo o seu povo, e a nossa edificação mútua no amor.

Prefácio

No princípio da bendita Reforma, nossos sábios e piedosos antepassados se ocuparam de estabelecer uma ordem para corrigir muitas coisas que então, por meio da Palavra, descobriram ser vãs, errôneas, supersticiosas e idólatras no culto público a Deus. Isso fez com que muitos homens piedosos e eruditos se alegrassem muito com o Livro de Oração Comum, então estabelecido; porque, eliminada a missa e o restante do serviço em latim, o culto público passou a ser celebrado em nossa própria língua; muitos dos cidadãos comuns também se beneficiaram ao ouvir as Escrituras lidas em sua própria língua, que antes eram para eles como um livro selado.

Contudo, a longa e triste experiência tem demonstrado que a liturgia usada na Igreja da Inglaterra (apesar de todos os esforços e das intenções religiosas de seus compiladores) tem se revelado uma ofensa, não somente para muitos dos piedosos em casa, mas também para as igrejas reformadas no exterior. Pois, para não falar do dever de ler todas as orações, o que aumentou grandemente o seu peso, as muitas cerimônias inúteis e onerosas nela contidas causaram grande dano, tanto por perturbarem as consciências de muitos ministros e pessoas piedosas, que não podiam a elas se submeter, como por privá-los das ordenanças de Deus, das quais não podiam desfrutar sem se conformarem ou subscreverem tais cerimônias. Diversos bons cristãos foram, por meio disso, afastados da mesa do Senhor; e diversos ministros capazes e fiéis foram excluídos do exercício de seu ministério (pondo em perigo muitos milhares de almas, em tempo de tanta escassez de pastores fiéis) e despojados do seu sustento, para a perdição deles e de suas famílias. Os prelados e sua facção se esforçaram por elevar a estima do livro a tal altura, como se não houvesse outro culto, ou forma de adorar a Deus, entre nós, senão o livro de serviço; para grande obstáculo da pregação da Palavra, e (em alguns lugares, especialmente ultimamente) para a exclusão dela como desnecessária, ou, na melhor das hipóteses, muito inferior à leitura da oração comum; a qual foi feita não melhor que um ídolo por muitas pessoas ignorantes e supersticiosas que, comprazendo-se em sua presença naquele serviço, e em sua desenvoltura ao dele tomar parte, endureceram-se assim

em sua ignorância e descuido do conhecimento salvador e da verdadeira piedade.

Enquanto isso, os papistas se gabavam de que o livro lhes servia para grande parte de seu serviço; e assim se confirmavam não pouco em sua superstição e idolatria, esperando antes que voltássemos a eles do que nos esforçássemos por nos reformar; nessa expectativa foram ultimamente muito encorajados, quando, sob a pretendida justificação de impor as cerimônias antigas, novas cerimônias eram diariamente impostas à Igreja.

Acrescente-se a isso (o que não estava previsto, mas já sucedeu) que a Liturgia tem sido um grande meio, por um lado, de formar e aumentar um ministério ocioso e pouco edificante, que se contentava com formas fixas feitas por mãos alheias, sem se dedicar a exercitar o dom da oração, com que nosso Senhor Jesus Cristo se compraz em dotar a todos os seus servos a quem chama para esse ofício; por outro lado, tem sido (e sempre será, se for continuada) motivo de intermináveis lutas e contendas na Igreja, e uma armadilha tanto para muitos ministros piedosos e fiéis, que por essa ocasião foram perseguidos e silenciados, quanto para outros de partido esperançoso, muitos dos quais foram, e mais ainda seriam, desviados de todo pensamento sobre o ministério para outros estudos; especialmente nestes últimos tempos, em que Deus concede ao seu povo mais e melhores meios para descobrir o erro e a superstição, e para alcançar o conhecimento dos mistérios da piedade, e os dons da pregação e da oração.

Por estas e outras muitas considerações de peso, relativas a todo o livro em geral, e por diversos pormenores nele contidos; não por amor à novidade, nem com a intenção de menosprezar os nossos primeiros reformadores (dos quais estamos persuadidos que, se vivessem, se uniriam a nós nesta obra, e a quem reconhecemos como excelentes instrumentos, levantados por Deus, para começar a purificação e edificação de sua casa, e desejamos que sejam tidos por nós e pela posteridade em eterna memória, com gratidão e honra); mas para que possamos responder em alguma medida à bondosa providência de Deus, que neste momento nos chama a uma maior reforma, e possamos satisfazer as nossas próprias consciências, e corresponder à expectativa de outras igrejas reformadas, e aos desejos de muitos dos piedosos entre nós, e ainda dar algum testemunho público dos nossos esforços pela uniformidade no culto divino, que prometemos em nossa Liga e Pacto Solenes; depois de termos invocado séria e frequentemente o nome de Deus, e de termos consultado muito, não com a carne e o sangue, mas com sua Santa Palavra, resolvemos deixar de lado a antiga Liturgia, com os muitos ritos e cerimônias antes usados no culto de Deus; e concordamos com este seguinte Diretório para todas as partes do culto público, em tempos ordinários e extraordinários. Nele tivemos o cuidado de expor as coisas que são de instituição divina em cada ordenança; e outras coisas que procuramos expor segundo as regras da prudência cristã, de acordo com as regras gerais da Palavra de Deus; sendo nosso propósito apenas que os pontos gerais, o sentido e o alcance das orações, e outras partes do culto público, sejam conhecidos por todos, para que possa haver um consenso de todas as igrejas naquelas coisas que contêm a substância do serviço e do culto de Deus; e que os ministros possam, por meio deste, ser dirigidos, em suas administrações, a manter a mesma

solidez na doutrina e na oração, e possam, se necessário, ter alguma ajuda e provisão, e ainda assim não se tornem, por causa disso, preguiçosos e negligentes em despertar os dons de Cristo que há neles; mas que cada um, por meio da meditação, cuidando de si mesmo e do rebanho de Deus que lhe foi confiado, e observando sabiamente os caminhos da Divina Providência, tenha cuidado de prover o seu coração e a sua língua com mais ou outros materiais de oração e exortação, conforme for necessário em todas as ocasiões.

Da Assembleia da Congregação e do seu comportamento no culto público a Deus

QUANDO a congregação se reunir para o culto público, o povo (tendo antes preparado o coração para isso) deve vir e a ele se unir, sem se ausentar da ordenança pública por negligência, ou sob pretexto de reuniões privadas.

Que todos entrem na assembleia, não de maneira irreverente, tomando os seus assentos ou lugares sem adoração, ou inclinando-se para um lado ou outro, mas de maneira grave e decorosa.

Estando a congregação reunida, o ministro, depois de os chamar solenemente à adoração do grande nome de Deus, deve começar com a oração.

"Com toda reverência e humildade, reconhecendo a incompreensível grandeza e majestade do Senhor (em cuja presença então especialmente se apresentam) e a sua própria vileza e indignidade para se aproximarem dele, com a sua total incapacidade para obra tão grande; e suplicando-lhe humildemente que os perdoe, os ajude e os aceite em todo o serviço que se vai celebrar, e que abençoe a parte específica de sua palavra que se vai ler: E tudo em nome e mediação do Senhor Jesus Cristo".

Uma vez iniciado o culto público, o povo deve atendê-lo por completo, abstendo-se de ler qualquer outra coisa, exceto o que o ministro estiver lendo ou citando naquele momento; e abstendo-se ainda mais de todo cochicho privado, conversas, cumprimentos ou reverências a qualquer pessoa presente ou que entre; assim como de todo olhar, sono e outro comportamento indecoroso, que possa perturbar o ministro ou o povo, ou que atrapalhe a si mesmo ou a outros no serviço de Deus.

Se alguém, por necessidade, for impedido de estar presente desde o início, não deve, ao entrar na congregação, dedicar-se às suas devoções privadas, mas dispor-se reverentemente a unir-se à assembleia na ordenança de Deus que estiver sendo celebrada naquele momento.

Da leitura pública das Sagradas Escrituras

A leitura da Palavra na congregação, sendo parte do culto público a Deus (no qual reconhecemos a nossa dependência dele e a nossa sujeição a ele) e um meio por ele

santificado para a edificação do seu povo, deve ser realizada pelos pastores e mestres.

Contudo, os que aspiram ao ministério podem ocasionalmente ler a Palavra e exercer o seu dom de pregação na congregação, se o presbitério o permitir.

Todos os livros canônicos do Antigo e do Novo Testamento (mas nenhum dos comumente chamados apócrifos) serão lidos publicamente na língua vulgar, segundo a melhor tradução permitida, com clareza, para que todos possam ouvir e entender.

A extensão da porção a ser lida de cada vez fica a critério da sabedoria do ministro; mas convém que, ordinariamente, se leia um capítulo de cada Testamento em cada reunião; e às vezes mais, quando os capítulos forem curtos, ou a coerência do assunto o exigir.

É necessário que todos os livros canônicos sejam lidos em ordem, para que o povo possa conhecer melhor todo o corpo das Escrituras; e ordinariamente, quando a leitura de qualquer um dos Testamentos terminar em um dia do Senhor, deve recomeçar no seguinte.

Recomendamos também a leitura mais frequente das Escrituras que o leitor considerar mais proveitosa para a edificação dos seus ouvintes, como o livro dos Salmos e outros semelhantes.

Quando o ministro que lê considerar necessário expor alguma parte do que se lê, não o faça até que todo o capítulo ou salmo tenha terminado; e sempre se deve levar em conta o tempo, para que nem a pregação nem as demais ordenanças sejam prejudicadas ou se tornem tediosas. Esta regra deve ser observada em todos os demais atos públicos.

Além da leitura pública das Sagradas Escrituras, deve-se exortar toda pessoa que saiba ler a que leia as Escrituras em particular (e a todos os demais que não saibam ler, se não estiverem impedidos pela idade ou por outro motivo, devem igualmente ser exortados a aprender a ler) e a que tenham uma Bíblia.

Da oração pública antes do sermão

DEPOIS da leitura da Palavra (e do canto do salmo), o ministro que vai pregar deve procurar que o seu próprio coração e o dos seus ouvintes sejam devidamente afetados por seus pecados, para que todos se lamentem em seu íntimo diante do Senhor, e tenham fome e sede da graça de Deus em Jesus Cristo, procedendo a uma confissão mais completa dos pecados, com vergonha e santa confusão de rosto, e invocando o Senhor para este fim:

Reconhecer a nossa grande pecaminosidade, em primeiro lugar, por causa do pecado original, que (além da culpa que nos torna sujeitos à condenação eterna) é a semente

de todos os demais pecados, depravou e envenenou todas as faculdades e poderes da alma e do corpo, mancha as nossas melhores ações, e (se não fosse refreado, ou os nossos corações renovados pela graça) irromperia em inúmeras transgressões, e nas maiores rebeliões contra o Senhor que jamais foram cometidas pelos mais vis dos filhos dos homens; e depois, por causa dos pecados atuais, os nossos próprios pecados, os pecados dos magistrados, dos ministros, e de toda a nação, aos quais somos muitos acessórios: cujos pecados recebem muitos e temíveis agravantes, pois quebrantamos todos os mandamentos da santa, justa e boa lei de Deus, fazendo o que é proibido e deixando de fazer o que é ordenado; e isso não somente por ignorância e fraqueza, mas também, mais arrogantemente, contra a luz das nossas mentes, os testemunhos das nossas consciências e as moções do seu próprio Espírito Santo em sentido contrário, de modo que não temos nenhum manto para os nossos pecados; sim, não somente desprezando as riquezas da bondade, da paciência e da longanimidade de Deus, mas opondo-nos a muitos convites e ofertas de graça no Evangelho; não nos esforçando, como deveríamos, para receber a Cristo em nossos corações pela fé, nem para andar dignamente dele em nossas vidas.

Lamentar a nossa cegueira de mente, a dureza de coração, a incredulidade, a impenitência, a segurança, a tibieza, a esterilidade; ou o não nos esforçarmos pela mortificação e pela novidade de vida, nem pelo exercício da piedade no poder dela; e que os melhores de nós não tenhamos andado tão firmemente com Deus, nem tenhamos guardado as nossas vestes tão sem mácula, nem tenhamos sido tão zelosos pela sua glória, e pelo bem dos demais, quanto deveríamos: e chorar por outros pecados dos quais a congregação é particularmente culpada, apesar das múltiplas e grandes misericórdias do nosso Deus, do amor de Cristo, da luz do evangelho e da reforma da religião, dos nossos próprios propósitos, promessas, votos, pacto solene e outras obrigações especiais, em sentido contrário.

Reconhecer e confessar que, assim como estamos convencidos da nossa culpa, por um profundo senso dela, julgamo-nos indignos dos menores benefícios, mais dignos da mais feroz ira de Deus, e de todas as maldições da lei, e dos mais pesados juízos infligidos aos pecadores mais rebeldes; e que, com toda a justiça, ele nos poderia tirar o seu reino e o seu evangelho, atormentar-nos com toda espécie de juízos espirituais e temporais nesta vida, e depois lançar-nos nas trevas totais, no lago que arde com fogo e enxofre, onde o choro e o ranger de dentes são eternos.

Apesar de tudo isso, aproximarmo-nos do trono da graça, animando-nos com a esperança de uma resposta bondosa às nossas orações, nas riquezas e na suficiência daquela única oblação, satisfação e intercessão do Senhor Jesus Cristo, à direita de seu Pai e nosso Pai; e na confiança das grandíssimas e preciosas promessas de misericórdia e graça na nova aliança, por meio do mesmo Mediador dela, para suplicar que sejam desviadas de nós a pesada ira e maldição de Deus, que não podemos evitar, nem suportar; e para suplicar humilde e ardentemente a misericórdia, na livre e completa remissão de todos os nossos pecados, e isso somente pelos amargos sofrimentos e preciosos méritos daquele nosso único Salvador Jesus Cristo.

Que o Senhor se digne derramar o seu amor em nossos corações por meio do Espírito Santo; que nos selar, pelo mesmo Espírito de adoção, a plena segurança do nosso perdão e reconciliação; que console todos os que choram em Sião, que fale de paz ao espírito ferido e atribulado, e que cure os corações partidos: e quanto aos pecadores seguros e presunçosos, que abra os seus olhos, convença as suas consciências e os converta das trevas para a luz, e do poder de Satanás para Deus, para que também recebam o perdão dos pecados e uma herança entre os santificados pela fé em Cristo Jesus.

Com a remissão dos pecados pelo sangue de Cristo, orar pela santificação por seu Espírito; pela mortificação do pecado que habita em nós e que muitas vezes nos tiraniza; pela vivificação dos nossos espíritos mortos com a vida de Deus em Cristo; pela graça para nos capacitar e habilitar para todos os deveres da conversação e dos chamados para com Deus e os homens; pela fortaleza contra as tentações; pelo uso santificado das bênçãos e das cruzes; e pela perseverança na fé e na obediência até o fim.

Orar pela propagação do evangelho e do reino de Cristo a todas as nações; pela conversão dos judeus, a plenitude dos gentios, a queda do Anticristo e a aceleração da segunda vinda do nosso Senhor; pela libertação das igrejas afligidas no exterior da tirania da facção anticristã, e das cruéis opressões e blasfêmias do Turco; pela bênção de Deus sobre as igrejas reformadas, especialmente sobre as igrejas e reinos da Escócia, Inglaterra e Irlanda, agora mais estrita e religiosamente unidos na Liga e Pacto Nacional Solene; e pelas nossas colônias nas partes remotas do mundo: mais particularmente por essa igreja e reino dos quais somos membros, para que neles Deus estabeleça a paz e a verdade, a pureza de todas as suas ordenanças e o poder da piedade; impeça e elimine a heresia, o cisma, a profanidade, a superstição, a segurança e a falta de fruto sob os meios da graça; sare todas as nossas rachaduras e divisões, e nos preserve do descumprimento do nosso Pacto Solene.

Orar por todas as autoridades, especialmente pela Majestade do Rei; para que Deus o faça rico em bênçãos, tanto em sua pessoa como em seu governo; estabeleça o seu trono na religião e na justiça, salve-o dos maus conselhos, e o torne um instrumento bendito e glorioso para a conservação e propagação do Evangelho, para o estímulo e a proteção dos que fazem o bem, o terror de todos os que fazem o mal, e o grande bem de toda a igreja, e de todos os seus reinos; pela conversão da Rainha, a educação religiosa do Príncipe e o restante da descendência real; pelo consolo da aflita Rainha da Boêmia, irmã do nosso Soberano; e pela restituição e o estabelecimento do ilustre Príncipe Carlos, Eleitor Palatino do Reno, em todos os seus domínios e dignidades; pela bênção do Alto Tribunal do Parlamento (quando se reunir em qualquer um destes reinos respectivamente), a nobreza, os juízes e magistrados subordinados, a pequena nobreza e todo o povo; por todos os pastores e mestres, para que Deus os encha do seu Espírito, os faça exemplarmente santos, sóbrios, justos, pacíficos e bondosos em suas vidas; sadios, fiéis e poderosos em seu ministério; e faça seguir todos os seus trabalhos com abundância de êxito e bênção; e dê a todo o seu povo pastores segundo o seu próprio coração; pelas universidades, e todas as escolas e

seminários religiosos da igreja e da comunidade, para que floresçam cada vez mais no aprendizado e na piedade; pela cidade ou congregação particular, para que Deus derrame uma bênção sobre o ministério da Palavra, os sacramentos e a disciplina, sobre o governo civil e sobre todas as famílias e pessoas que a compõem; para que tenha misericórdia dos aflitos em qualquer aflição interna ou externa; para que o tempo seja propício e frutífero, conforme a estação exigir; para que evite os juízos que sentimos ou tememos, ou aos quais estamos expostos, como a fome, a peste, a espada e outros semelhantes.

E, com a confiança na sua misericórdia para com toda a sua igreja, e na aceitação das nossas pessoas, pelos méritos e a mediação do nosso Sumo Sacerdote, o Senhor Jesus, professar que é o desejo das nossas almas ter comunhão com Deus no uso reverente e consciente das suas santas ordenanças; e, com esse fim, rogar-lhe fervorosamente que nos conceda a sua graça e assistência eficaz para a santificação do seu santo sábado, o dia do Senhor, em todos os seus deveres, públicos e privados, tanto para nós como para todas as demais congregações do seu povo, segundo as riquezas e a excelência do Evangelho, que se celebra e se desfruta neste dia.

E porque temos sido ouvintes inúteis em tempos passados, e agora não podemos receber por nós mesmos, como deveríamos, as coisas profundas de Deus, os mistérios de Jesus Cristo, que requerem discernimento espiritual; rogar que o Senhor, que ensina a tirar proveito, se digne derramar o Espírito de graça, juntamente com os meios externos dele, fazendo-nos alcançar tal medida da excelência do conhecimento de Cristo Jesus, nosso Senhor, e, nele, das coisas que pertencem à nossa paz, que consideremos todas as coisas como refugo em comparação com ele; e para que, provando as primícias da glória que há de ser revelada, anelemos por uma comunhão mais plena e perfeita com ele, para que onde ele estiver, estejamos também nós, e desfrutemos da plenitude dos gozos e prazeres que estão à sua direita para todo o sempre.

Mais particularmente, que Deus proveja de maneira especial ao seu servo (agora chamado a dispensar o pão da vida à sua casa) de sabedoria, fidelidade, zelo e expressão, para que possa repartir corretamente a Palavra de Deus, a cada um a sua porção, em evidência e demonstração do Espírito e do poder; e que o Senhor circuncide os ouvidos e os corações dos ouvintes, para que ouçam, amem e recebam com mansidão a Palavra enxertada, que é capaz de salvar as suas almas; que os faça como boa terra para receber a boa semente da Palavra, e os fortaleça contra as tentações de Satanás, as preocupações do mundo, a dureza dos seus próprios corações, e qualquer outra coisa que possa obstar à sua escuta proveitosa e salvadora; para que assim Cristo seja formado neles, e viva neles, para que todos os seus pensamentos sejam levados cativos à obediência de Cristo, e os seus corações sejam estabelecidos em toda boa palavra e obra para sempre.

Consideramos esta uma ordem conveniente, na oração pública ordinária; contudo, assim como o ministro pode diferir (segundo a prudência que julgar conveniente) alguma parte destas petições para depois do seu sermão, ou oferecer a Deus algumas das ações de graças que se indicam mais adiante, em sua oração antes do seu sermão.

Da pregação da Palavra

A PREGAÇÃO da Palavra, sendo o poder de Deus para a salvação, e uma das obras mais grandiosas e excelentes que pertencem ao ministério do evangelho, deve ser realizada de tal maneira que o obreiro não tenha de que se envergonhar, mas que possa salvar a si mesmo e aos que o ouvem.

Pressupõe-se (de acordo com as regras de ordenação) que o ministro de Cristo esteja, em certa medida, dotado para tão importante serviço, por sua habilidade nas línguas originais, e nas artes e ciências que são auxiliares da divindade; por seu conhecimento em todo o corpo da teologia, mas sobretudo nas Sagradas Escrituras, tendo os seus sentidos e o seu coração nelas exercitados acima da classe comum dos crentes; e pela iluminação do Espírito de Deus, e outros dons de edificação, que (junto com a leitura e o estudo da Palavra) deve continuar buscando mediante a oração e um coração humilde, resolvendo admitir e receber qualquer verdade ainda não alcançada, sempre que Deus a torne conhecida. Tudo isso deve aproveitar e aperfeiçoar em seus preparativos privados, antes de expor em público o que dispôs.

Ordinariamente, o tema do seu sermão deve ser algum texto da Escritura, que exponha algum princípio ou fundamento da religião, ou que seja adequado para alguma ocasião especial emergente; ou pode prosseguir com algum capítulo, salmo ou livro da Sagrada Escritura, conforme julgar conveniente.

Que a introdução ao seu texto seja breve e perspícua, extraída do próprio texto, ou do contexto, ou de algum lugar paralelo, ou de uma frase geral da Escritura.

Se o texto for longo (como às vezes deve ser, nas histórias ou parábolas), dê um breve resumo dele; se for curto, uma paráfrase dele, se necessário: em ambos os casos, observe diligentemente o alcance do texto, e assinale as principais cabeças e fundamentos da doutrina que dele há de tirar.

Ao analisar e dividir o seu texto, deve levar mais em conta a ordem da matéria do que a das palavras, e não sobrecarregar a memória dos ouvintes, no início, com demasiados membros de divisão, nem incomodar as suas mentes com termos obscuros de arte.

Ao apresentar as doutrinas do texto, o seu cuidado deve ser, primeiro, que o assunto seja a verdade de Deus. Em segundo lugar, que seja uma verdade contida no texto ou nele fundamentada, para que os ouvintes possam discernir como Deus a ensina a partir dele. Em terceiro lugar, que insista principalmente nas doutrinas às quais o texto principalmente se refere, e que faça o máximo possível pela edificação dos ouvintes.

A doutrina deve ser expressa em termos claros; ou, se algo nela necessitar de explicação, deve ser esclarecido, e a consequência do texto também deve ser aclarada. Os lugares paralelos da Escritura que confirmam a doutrina devem ser antes

claros e pertinentes do que numerosos, e (quando necessário) insistidos com alguma ênfase, e aplicados ao propósito em questão.

Os argumentos ou razões devem ser sólidos e, tanto quanto possível, convincentes. As ilustrações, de qualquer tipo que sejam, devem estar cheias de luz, e ser tais que possam levar a verdade ao coração do ouvinte com deleite espiritual.

Se parecer surgir alguma dúvida evidente, a partir da Escritura, da razão ou do preconceito dos ouvintes, é muito necessário removê-la, conciliando as aparentes diferenças, respondendo às razões e descobrindo e removendo as causas do preconceito e do erro. Quanto ao mais, não convém entreter os ouvintes com a exposição ou resposta a vãs ou perversas cavilações, que, sendo intermináveis, sua exposição e resposta obstruem mais do que promovem a edificação.

Não deve ficar apenas na doutrina geral, ainda que nunca esteja suficientemente esclarecida e confirmada, mas deve levá-la a um uso especial, aplicando-a aos seus ouvintes: o que, ainda que seja obra de grande dificuldade para si mesmo, exigindo muita prudência, zelo e meditação, e que ao homem natural e corrupto será muito desagradável; contudo, deve procurar realizá-la de tal maneira que os seus ouvintes sintam que a Palavra de Deus é eficaz e poderosa, e que discerne os pensamentos e as intenções do coração; e que, se estiver presente algum incrédulo ou ignorante, se lhe manifestem os segredos do seu coração, e dê glória a Deus.

No uso da instrução ou da informação no conhecimento de alguma verdade, que seja consequência de sua doutrina, pode (quando conveniente) confirmá-la com alguns argumentos firmes do texto em questão, e outros lugares da Escritura, ou da natureza daquele lugar comum na divindade, do qual essa verdade é um ramo.

Ao refutar as falsas doutrinas, não deve levantar uma velha heresia da sepultura, nem mencionar uma opinião blasfema desnecessariamente; mas, se o povo estiver em perigo de algum erro, deve refutá-lo solidamente, e procurar satisfazer os seus juízos e consciências contra todas as objeções.

Ao exortar aos deveres, deve ensinar também, conforme julgar oportuno, os meios que ajudam a cumpri-los.

Na dissuasão, na repreensão e na admoestação pública (que requerem uma sabedoria especial), conforme houver motivo, não deve apenas revelar a natureza e a grandeza do pecado, com a miséria que o acompanha, mas também mostrar o perigo que correm os seus ouvintes de serem alcançados e surpreendidos por ele, juntamente com os remédios e a melhor maneira de evitá-lo.

Ao aplicar o consolo, seja geral contra todas as tentações, seja particular contra alguns problemas ou terrores especiais, deve responder cuidadosamente às objeções que um coração atribulado e um espírito aflito possam sugerir em sentido contrário. Também é necessário, às vezes, dar algumas notas de prova (o que é muito proveitoso, especialmente quando realizado por ministros capazes e experientes, com

circunspecção e prudência, e com sinais claramente fundados na Sagrada Escritura), por meio das quais os ouvintes possam examinar-se a si mesmos se alcançaram essas graças, e realizaram esses deveres aos quais ele exorta, ou são culpados do pecado repreendido, e estão em perigo dos juízos ameaçados, ou são aqueles a quem pertencem os consolos propostos; para que, em consequência, possam ser reavivados e estimulados ao dever, humilhados pelas suas faltas e pecados, tocados pelo seu perigo, e fortalecidos com o consolo, conforme exigir a sua condição, ao serem examinados.

E, como não precisa sempre insistir em cada doutrina que se encontra em seu texto, é prudente que escolha os usos que, por sua residência e convivência com o seu rebanho, considere mais necessários e oportunos; e, entre estes, os que mais possam atrair as suas almas a Cristo, a fonte de luz, santidade e consolo.

Este método não é prescrito como necessário para todos os homens, ou para todos os textos; mas é apenas recomendado, por se ter descoberto pela experiência que é muito abençoado por Deus, e muito útil para o entendimento e a memória do povo.

Mas o servo de Cristo, qualquer que seja o seu método, deve realizar todo o seu ministério:

1. Com diligência, não fazendo a obra do Senhor com negligência.

2. Claramente, para que os mais simples possam entender; entregando a verdade não com as palavras sedutoras da sabedoria humana, mas com a demonstração do Espírito e do poder, para que a cruz de Cristo não seja tornada sem efeito; abstendo-se também de um uso inútil de línguas desconhecidas, frases estranhas e cadências de sons e palavras; citando com moderação frases de escritores eclesiásticos ou de outros autores humanos, antigos ou modernos, por mais elegantes que sejam.

3. Com fidelidade, olhando para a honra de Cristo, a conversão, edificação e salvação do povo, não para o seu próprio ganho ou glória; não retendo nada que possa promover esses santos fins, dando a cada um a sua porção, e tendo respeito imparcial para com todos, sem descuidar dos mais simples, nem poupar os mais grandes, em seus pecados.

4. Sabiamente, formulando todas as suas doutrinas, exortações, e especialmente as suas repreensões, da maneira que mais possa prevalecer; mostrando todo o respeito devido à pessoa e ao lugar de cada um, e não misturando a sua própria paixão ou amargura.

5. Gravemente, como convém à Palavra de Deus; evitando todo gesto, voz e expressão que possam dar ocasião a que as corrupções dos homens o desprezem, a ele e ao seu ministério.

6. Com afeto amoroso, para que o povo veja que tudo provém do seu zelo piedoso, e do seu sincero desejo de fazer-lhes o bem. E,

7. Como ensinado por Deus, e persuadido em seu próprio coração de que tudo o que ensina é a verdade de Cristo; e andando diante do seu rebanho, como exemplo para eles nisso; seriamente, tanto em privado como em público, recomendando os seus trabalhos à bênção de Deus, e velando por si mesmo, e pelo rebanho do qual o Senhor o fez supervisor: Assim a doutrina da verdade se conservará incorrupta, muitas almas se converterão e serão edificadas, e ele mesmo receberá múltiplos consolos dos seus trabalhos ainda nesta vida, e depois a coroa de glória que lhe está reservada no mundo vindouro.

Quando em uma congregação há mais de um ministro, e estes têm dons diferentes, cada um pode dedicar-se mais especialmente à doutrina ou à exortação, conforme o dom em que mais se destaque, e conforme convenham entre si.

Da oração depois do sermão

Terminado o sermão, o ministro deve dar graças pelo grande amor de Deus, ao nos enviar o seu Filho Jesus Cristo; pela comunicação do seu Espírito Santo; pela luz e liberdade do glorioso Evangelho, e pelas ricas e celestiais bênçãos nele reveladas; como, por exemplo, a eleição, a vocação, a adoção, a justificação, a santificação e a esperança da glória; pela admirável bondade de Deus ao libertar a terra das trevas e da tirania anticristãs, e por todas as demais libertações nacionais; pela reforma da religião; pela aliança; e por muitas bênçãos temporais.

Orar pela permanência do Evangelho e de todas as suas ordenanças em sua pureza, poder e liberdade: converter os principais e mais úteis assuntos do sermão em umas poucas petições; e orar para que permaneça no coração e produza frutos.

Orar para nos prepararmos para a morte e o juízo, e vigiar pela vinda de nosso Senhor Jesus Cristo: suplicar a Deus o perdão das iniquidades das nossas coisas santas, e a aceitação do nosso sacrifício espiritual, pelo mérito e mediação do nosso grande Sumo Sacerdote e Salvador, o Senhor Jesus Cristo.

E porque a oração que Cristo ensinou aos seus discípulos não é apenas um modelo de oração, mas é em si mesma uma oração muito completa, recomendamos que se utilize também nas orações da igreja. E considerando que, na administração dos sacramentos, na celebração de jejuns públicos e dias de ação de graças, e em outras ocasiões especiais, que podem dar lugar a petições e agradecimentos especiais, é necessário exprimir algo em nossas orações públicas (como, neste momento, é nosso dever orar por uma bênção sobre a Assembleia dos teólogos, os exércitos por mar e terra, para a defesa do Rei, do Parlamento e do Reino), cada ministro fica aqui livre para se aplicar, em sua oração, antes ou depois do sermão, a essas ocasiões: mas, quanto à forma, deixa-se-lhe liberdade, conforme Deus o dirigir e capacitar em piedade e sabedoria para cumprir o seu dever.

Terminada a oração, cante-se um salmo, se puder ser feito com conveniência. Depois do que (a menos que se siga alguma outra ordenança de Cristo que diga respeito à

congregação naquele momento) o ministro despede a congregação com uma bênção solene.

Do Sacramento do Batismo

Da administração dos sacramentos:

E PRIMEIRO, DO BATISMO.

O batismo, assim como não deve ser desnecessariamente retardado, também não deve, em caso algum, ser administrado por qualquer pessoa privada, mas por um ministro de Cristo, chamado a ser administrador dos mistérios de Deus.

Também não deve ser administrado em lugares privados, ou em particular, mas no lugar do culto público, e à vista da congregação, onde o povo possa ver e ouvir mais convenientemente; e não nos lugares onde as pias, no tempo do papismo, eram colocadas de modo inadequado e supersticioso.

A criança que vai ser batizada, depois de avisado o ministro na véspera, deve ser apresentada pelo pai, ou (em caso de sua ausência necessária) por algum amigo cristão em seu lugar, professando o seu fervoroso desejo de que a criança seja batizada.

Antes do batismo, o ministro deve dizer algumas palavras de instrução sobre a instituição, a natureza, o uso e os fins deste sacramento, indicando,
"Que foi instituído por nosso Senhor Jesus Cristo. Que é um selo do pacto da graça, do nosso enxerto em Cristo e da nossa união com ele, da remissão dos pecados, da regeneração, da adoção e da vida eterna. Que a água, no batismo, representa e significa tanto o sangue de Cristo, que tira toda a culpa do pecado, original e atual, quanto a virtude santificadora do Espírito de Cristo contra o domínio do pecado e a corrupção da nossa natureza pecaminosa. Que batizar, ou aspergir e lavar com água, significa a limpeza do pecado pelo sangue e pelo mérito de Cristo, juntamente com a mortificação do pecado, e a elevação a uma nova vida, em virtude da morte e ressurreição de Cristo: Que a promessa é feita aos crentes e à sua descendência; e que a descendência e a posteridade dos fiéis, nascidos dentro da igreja, têm, por seu nascimento, interesse no pacto, e direito ao selo dele, e aos privilégios externos da igreja, sob o evangelho, não menos do que os filhos de Abraão no tempo do Antigo Testamento; sendo o pacto da graça, em substância, o mesmo; e a graça de Deus, e o consolo dos crentes, mais abundantes do que antes. Que o Filho de Deus admitiu as crianças pequenas em sua presença, abraçando-as e abençoando-as, dizendo: Porque dos tais é o reino de Deus. Que as crianças, pelo batismo, são recebidas solenemente no seio da igreja visível, distinguidas do mundo e dos que estão fora, e unidas aos crentes; e que todos os que são batizados em nome de Cristo, renunciam, e por seu batismo ficam obrigados a lutar contra o diabo, o mundo e a carne. Que são cristãs, e federalmente santas antes do batismo, e por isso são batizadas. Que a graça interior e

a virtude do batismo não estão ligadas ao momento mesmo em que é administrado; e que o fruto e o poder dele alcançam todo o curso de nossa vida; e que o batismo exterior não é tão necessário que, por sua falta, a criança esteja em perigo de condenação, ou os pais sejam culpados, se não desprezarem ou descuidarem a ordenança de Cristo, quando e onde puder ser tida."

Nestas ou semelhantes instruções, o ministro deve usar a sua própria liberdade e sabedoria piedosa, conforme exigirem a ignorância ou os erros na doutrina do batismo, e a edificação do povo.

Deve também admoestar a todos os presentes,

"Que olhem para trás, para o seu batismo; que se arrependam dos seus pecados contra o seu pacto com Deus; que estimulem a sua fé; que aperfeiçoem e façam correto uso do seu batismo, e do pacto selado por ele entre Deus e as suas almas".

Deve exortar os pais,

"Que considerem a grande misericórdia de Deus para com eles e o seu filho; que eduquem a criança no conhecimento dos fundamentos da religião cristã, e na criação e admoestação do Senhor; e que lhe façam saber o perigo da ira de Deus para si mesmos e para a criança, se forem negligentes: exigindo a sua promessa solene para o cumprimento do seu dever".

Feito isso, a oração deve ser acompanhada da palavra da instituição, para santificar a água para este uso espiritual; e o ministro deve orar a este ou semelhante efeito:

"Que o Senhor, que não nos deixou como estranhos sem o pacto da promessa, mas nos chamou aos privilégios das suas ordenanças, se digne santificar e abençoar a sua própria ordenança do batismo neste momento. Que una o batismo interior do seu Espírito com o batismo exterior de água; que faça deste batismo, para a criança, um selo da adoção, remissão dos pecados, regeneração e vida eterna, e todas as demais promessas do pacto da graça: Para que a criança seja plantada na semelhança da morte e ressurreição de Cristo; e para que, destruído nela o corpo do pecado, sirva a Deus em novidade de vida todos os seus dias".

Em seguida, o ministro deve perguntar o nome da criança; uma vez que lhe seja dito, deve dizer (chamando a criança pelo seu nome)

Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Ao pronunciar estas palavras, deve batizar a criança com água, o que, quanto à forma de fazê-lo, não só é lícito, mas é suficiente e muito conveniente que seja derramando ou aspergindo a água sobre o rosto da criança, sem acrescentar nenhuma outra cerimônia.

Feito isso, deve dar graças e orar, com este ou semelhante propósito:

"Reconhecendo com todo agradecimento, que o Senhor é verdadeiro e fiel no cumprimento do pacto e da misericórdia. Que é bom e misericordioso, não só porque nos conta entre os seus santos, mas também porque se compraz em conceder aos nossos filhos esta singular mostra e insígnia do seu amor em Cristo. Que, em sua verdade e especial providência, cada dia introduz alguns no seio da sua igreja, para que sejam participantes dos seus inestimáveis benefícios, adquiridos pelo sangue do seu amado Filho, para a permanência e o crescimento da sua igreja.

E rogando que o Senhor continue e confirme cada dia mais o seu inefável favor: Que receba a criança agora batizada, e solenemente admitida na casa da fé, sob a sua tutela e defesa paternal, e se lembre dela com o favor que mostra ao seu povo; que, se for tirada desta vida em sua infância, o Senhor, que é rico em misericórdia, se compraza em recebê-la na glória; e se viver, e chegar à idade da discrição, que o Senhor a ensine de tal maneira por sua palavra e seu Espírito, e faça o seu batismo eficaz para ela, e a sustente de tal maneira por seu poder e graça divinos, que pela fé possa prevalecer contra o diabo, o mundo e a carne, até que, por fim, obtenha uma vitória completa e final, e assim seja guardada pelo poder de Deus mediante a fé para a salvação, por meio de Jesus Cristo nosso Senhor".

Do Sacramento da Ceia do Senhor

A comunhão ou ceia do Senhor deve ser celebrada com frequência; mas a frequência pode ser considerada e determinada pelos ministros e demais governantes da igreja de cada congregação, conforme julgarem mais conveniente para a comodidade e a edificação do povo a seu cargo. E, quando for administrada, julgamos conveniente que se faça depois do sermão da manhã.

Os ignorantes e os escandalosos não são aptos para receber o sacramento da Ceia do Senhor.

Quando este sacramento não puder ser convenientemente administrado com frequência, é necessário que se dê um aviso público no dia de sábado antes de sua administração, e que, seja nesse momento, seja em algum dia dessa semana, se ensine algo relativo a essa ordenança e à devida preparação e participação nela, para que, mediante o uso diligente de todos os meios santificados por Deus para esse fim, tanto em público como em privado, todos possam chegar melhor preparados a essa festa celestial.

Quando chegar o dia da administração, o ministro, depois de haver terminado o seu sermão e oração, fará uma breve exortação:

"Exprimindo o inestimável benefício que temos por este sacramento, juntamente com os fins e o uso dele; expondo a grande necessidade de que por meio dele se renovem os nossos consolos e forças nesta nossa peregrinação e guerra: quão necessário é que a ele acudamos com conhecimento, fé, arrependimento, amor e com almas famintas e

sedentas de Cristo e dos seus benefícios; quão grande é o perigo de comer e beber indignamente.

A seguir, em nome de Cristo, por um lado, adverte a todos os ignorantes, escandalosos, profanos, ou que vivem em algum pecado ou ofensa contra o seu conhecimento ou consciência, que não se atrevam a vir a essa santa mesa; mostrando-lhes que aquele que come e bebe indignamente, come e bebe juízo para si mesmo; e, por outro lado, convida e anima de maneira especial a todos os que gemem sob o sentimento do peso dos seus pecados e do temor da ira, e desejam alcançar maior progresso na graça do que ainda podem lograr, a virem à mesa do Senhor; assegurando-lhes, no mesmo nome, alívio, refrigério e fortaleza para as suas almas fracas e cansadas."

Depois desta exortação, advertência e convite, estando antes a mesa decentemente coberta e colocada de tal maneira que os comungantes possam sentar-se ordenadamente ao redor dela ou junto a ela, o ministro deve iniciar o ato santificando e abençoando os elementos do pão e do vinho postos diante dele (o pão em vasos cômodos e convenientes, preparados de tal maneira que, ao ser partido por ele e dado, possa ser distribuído entre os comungantes; o vinho também em cálices grandes), tendo primeiro mostrado, com poucas palavras, que esses elementos, sendo por outro lado comuns, estão agora separados e santificados para este santo uso, pela palavra da instituição e a oração.

Leiam-se as palavras da instituição dos Evangelistas, ou da primeira Epístola do Apóstolo Paulo aos Coríntios, cap. 11:23. Eu recebi do Senhor, etc., até o versículo 27 (*1 Coríntios 11:23-27*), que o ministro pode, quando julgar necessário, explicar e aplicar.

Que a oração, a ação de graças ou a bênção do pão e do vinho seja deste modo:

"Com o reconhecimento humilde e sincero da grandeza da nossa miséria, da qual nem homem, nem anjo pôde livrar-nos, e da nossa grande indignidade da menor de todas as misericórdias de Deus; dar graças a Deus por todos os seus benefícios, e especialmente por esse grande benefício da nossa redenção, o amor de Deus Pai, os sofrimentos e os méritos do Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, pelos quais fomos libertados; e por todos os meios de graça, a Palavra e os sacramentos; e por este sacramento em particular, pelo qual Cristo, e todos os seus benefícios, nos são aplicados e selados, os quais, apesar de negados a outros, são, por grande misericórdia, continuados a nós, depois de tanto e tão longo abuso de todos eles.

Professar que não há outro nome debaixo do céu pelo qual possamos ser salvos, senão o nome de Jesus Cristo, pelo qual somente recebemos a liberdade e a vida, temos acesso ao trono da graça, somos admitidos a comer e beber em sua própria mesa, e somos selados pelo seu Espírito para uma segurança de felicidade e vida eterna.

Rogar encarecidamente a Deus, Pai de todas as misericórdias e Deus de toda consolação, que nos conceda a sua bondosa presença e a ação eficaz do seu Espírito em nós; para que santifique estes elementos, tanto o pão como o vinho, e abençoe a sua própria ordenança, para que recebamos pela fé o corpo e o sangue de Jesus Cristo, crucificado por nós, e para que nos alimentemos dele, para que seja um conosco e nós com ele, para que viva em nós e nós nele, e por aquele que nos amou e se entregou por nós."

Tudo isto deve procurar realizar com afetos adequados, que correspondam a tão santo ato, e suscitar o mesmo no povo.

Uma vez santificados os elementos pela Palavra e a oração, o ministro, estando à mesa, deve tomar o pão em sua mão e dizer, com estas expressões (ou outras semelhantes, usadas por Cristo ou seu apóstolo nesta ocasião)

"Segundo a santa instituição, o mandato e o exemplo de nosso bendito Salvador Jesus Cristo, tomo este pão e, depois de dar graças, o parto e vo-lo dou; (aí o ministro, que também vai comungar, deve partir o pão e dá-lo aos comungantes;) "Tomai e comei; isto é o corpo de Cristo que foi partido por vós; fazei isto em memória dele".

Do mesmo modo, o ministro deve tomar o cálice e dizer, com estas expressões (ou outras semelhantes, utilizadas por Cristo ou o apóstolo na mesma ocasião):

"Segundo a instituição, o mandato e o exemplo de nosso Senhor Jesus Cristo, tomo este cálice e vo-lo dou; (aqui o dá aos comungantes) Este cálice é o novo pacto no sangue de Cristo, que é derramado para a remissão dos pecados de muitos: bebei todos dele".

Depois que todos tiverem comungado, o ministro pode, com poucas palavras, fazê-los recordar a graça de Deus em Jesus Cristo, manifestada neste sacramento; e exortá-los a andar dignamente dele".

O ministro deve dar solenes graças a Deus,

"Por sua rica misericórdia e sua inestimável bondade, que lhes concedeu neste sacramento; e suplicar o perdão das falhas de todo o serviço, e a bondosa assistência do seu bom Espírito, para que possam andar com a força dessa graça, como convém àqueles que receberam tão grandes promessas de salvação".

A coleta para os pobres deve ser ordenada de tal maneira que nenhuma parte do culto público seja por ela obstaculizada.

Da santificação do dia do Senhor

O dia do Senhor deve ser lembrado de antemão, de modo que todos os negócios mundanos das nossas ocupações ordinárias possam ser ordenados e deixados de lado oportunamente, para que não sejam um impedimento para a devida santificação do dia quando ele chegar.

Todo o dia deve ser celebrado como santo para o Senhor, tanto em público como em privado, por ser o sábado cristão. Para isso, é necessário que, durante todo esse dia, haja uma santa cessação ou descanso de todos os trabalhos desnecessários, e uma abstenção, não só de todos os esportes e passatempos, mas também de todas as palavras e pensamentos mundanos.

Que a alimentação nesse dia seja ordenada de tal maneira que nem os servos sejam desnecessariamente retidos do culto público a Deus, nem nenhuma outra pessoa seja impedida de santificar esse dia. Que haja preparativos privados de cada pessoa e família, mediante a oração por si mesmos, e para que Deus ajude o ministro, e abençoe o seu ministério; e mediante outros exercícios santos, que possam dispô-los a uma comunhão mais proveitosa com Deus em suas ordenanças públicas.

Que todo o povo se reúna tão pontualmente para o culto público, que toda a congregação esteja presente desde o início, e com um só coração se una solenemente em todas as partes do culto público, e não se retire até depois da bênção.

Que o tempo livre, entre ou depois das reuniões solenes da congregação em público, seja empregado na leitura, na meditação, na repetição dos sermões; especialmente reunindo as suas famílias para que deem conta do que ouviram, e catequizando-as, nas santas conversas, na oração para que se abençoem as ordenanças públicas, no canto de salmos, na visita aos enfermos, no socorro aos pobres e em outros deveres semelhantes de piedade, caridade e misericórdia, que fazem do sábado um deleite.

Da solenização do matrimônio

AINDA QUE o matrimônio não seja um sacramento, nem seja peculiar à Igreja de Deus, mas comum a toda a humanidade e de interesse público em toda comunidade; contudo, porque os que se casam o fazem no Senhor, e têm necessidade especial de instrução, direção e exortação da Palavra de Deus, ao entrarem nessa nova condição, e da bênção de Deus sobre eles, julgamos conveniente que o matrimônio seja solenizado por um ministro legítimo da Palavra, para que possa aconselhá-los e orar por uma bênção sobre eles.

O matrimônio deve ser entre um só homem e uma só mulher; e estes não devem estar dentro dos graus de consanguinidade ou afinidade proibidos pela Palavra de Deus; e os contraentes devem ser de idade discreta, aptos a fazer a sua própria escolha, ou, por boas razões, dar o seu mútuo consentimento.

Antes de solenizar o matrimônio entre quaisquer pessoas, o ministro publicará o propósito do matrimônio três dias de descanso antes, na congregação, no lugar ou lugares de sua residência mais habitual e constante, respectivamente. E dessa publicação o ministro que for uni-los em matrimônio deverá ter testemunho suficiente, antes de proceder a solenizar o matrimônio.

Antes da publicação do seu propósito (se os contraentes forem menores de idade), o consentimento dos pais, ou de outras pessoas sob cujo poder se encontrem (caso os pais tenham falecido), deve ser dado a conhecer aos oficiais da igreja dessa congregação, para que fique registrado.

O mesmo deve ser observado nos procedimentos de todos os demais, ainda que sejam maiores de idade, cujos pais estejam vivos, para o seu primeiro matrimônio.

E, nos matrimônios posteriores de qualquer uma dessas partes, serão exortados a não contrair matrimônio sem antes informar seus pais disso (se com conveniência puder ser feito), procurando obter o seu consentimento.

Os pais não devem obrigar os seus filhos a casar sem o seu livre consentimento, nem negar o seu próprio consentimento sem uma causa justa.

Uma vez publicado o propósito ou o contrato matrimonial, o matrimônio não deve ser adiado por muito tempo. Portanto, o ministro, depois de haver sido convenientemente avisado, e sem que nada se oponha a isso, deve solenizá-lo publicamente no lugar designado pela autoridade para o culto público, perante um número competente de testemunhas fidedignas, em alguma hora conveniente do dia, em qualquer época do ano, exceto em um dia de humilhação pública. E aconselhamos que não seja no dia do Senhor.

E porque todas as relações são santificadas pela Palavra e pela oração, o ministro deve orar para que sejam abençoados, a este efeito:

"Reconhecendo os nossos pecados, pelos quais nos fizemos menos do que a menor de todas as misericórdias de Deus, e o provocamos a amargurar todas as nossas comodidades; suplicar encarecidamente, em nome de Cristo, ao Senhor (cuja presença e favor é a felicidade de toda condição, e adoça toda relação) que seja a sua porção, e que os possua e aceite em Cristo, os que agora vão se unir no honroso estado do matrimônio, o pacto do seu Deus: e que, assim como os reuniu por sua providência, os santifique por seu Espírito, dando-lhes um novo estado de ânimo adequado à sua nova condição; enriquecendo-os com todas as graças para que possam cumprir os deveres, desfrutar das comodidades, suportar as preocupações e resistir às tentações que acompanham essa condição, como convém a cristãos."

Terminada a oração, é conveniente que o ministro lhes declare brevemente, a partir da Escritura,

"A instituição, o uso e os fins do matrimônio, com os deveres conjugais que, com toda fidelidade, devem cumprir um para com o outro; exortando-os a estudar a santa Palavra de Deus, para que aprendam a viver pela fé, e a se contentarem em meio a todas as preocupações e problemas matrimoniais, santificando o nome de Deus, em um uso agradecido, sóbrio e santo de todas as comodidades conjugais; orando muito um com o outro e um pelo outro; vigiando e estimulando um ao outro para o amor e as boas obras; e vivendo juntos como coerdeiros da graça da vida."

Depois da alegação solene dos contraentes, diante do grande Deus, que perscruta todos os corações, e a quem hão de prestar estrita conta no último dia, de que se algum deles conhece alguma causa, por precontrato ou de outra maneira, pela qual não possam proceder legalmente ao matrimônio, que a revele agora; o ministro (se não se reconhecer nenhum impedimento) fará que primeiro o homem tome a mulher pela mão direita, dizendo estas palavras:

Eu, [...], te tomo a ti, [...], como minha esposa, e prometo e convenho, na presença de Deus e diante desta congregação, ser um esposo amoroso e fiel para contigo, até que Deus nos separe pela morte.

Então a mulher tomará o homem pela mão direita, e dirá estas palavras:

Eu, [...], te tomo a ti, [...], como meu esposo, e prometo e convenho, na presença de Deus e diante desta congregação, ser uma esposa amorosa, fiel e obediente para contigo, até que Deus nos separe pela morte.

Então, sem nenhuma outra cerimônia, o ministro, na presença da congregação, os declarará marido e mulher, segundo a ordenança de Deus; e assim concluirá o ato com uma oração a este efeito:

"Que o Senhor se compraza em acompanhar a sua própria ordenança com a sua bênção, suplicando-lhe que enriqueça as pessoas agora casadas, tanto com outras prendas do seu amor, como particularmente com as comodidades e frutos do matrimônio, para louvor da sua abundante misericórdia, em e por Cristo Jesus".

Deve-se manter cuidadosamente um registro, no qual se anotem imediatamente os nomes dos contraentes, com a data do seu matrimônio, em um livro previsto para isso, para que possa ser consultado por todos os interessados.

Da visita aos enfermos

É dever do ministro não somente ensinar ao povo que lhe foi confiado em público, mas também em privado; e particularmente admoestá-los, exortá-los, repreendê-los e confortá-los, em todas as ocasiões oportunas, na medida em que o seu tempo, as suas forças e a sua segurança pessoal o permitam.

Deve admoestá-los, em tempo de saúde, para que se preparem para a morte; e, com esse propósito, devem consultar com frequência o seu ministro sobre o estado de suas almas; e, em tempos de enfermidade, desejar o seu conselho e ajuda, oportuna e a tempo, antes que lhes faltem as forças e o entendimento.

Os tempos de enfermidade e aflição são oportunidades especiais postas em sua mão por Deus para ministrar uma palavra a tempo às almas cansadas: porque então as consciências dos homens estão ou deveriam estar mais despertas para pensar no seu estado espiritual para a eternidade; e Satanás também se aproveita então para carregá-los mais com tentações dolorosas e pesadas: portanto, o ministro, ao ser enviado e chegar junto ao enfermo, deve aplicar-se, com toda ternura e amor, a administrar algum bem espiritual à sua alma, a este efeito.

A partir da consideração da presente enfermidade, pode instruí-lo, a partir das Escrituras, de que as enfermidades não vêm por acaso, ou por destemperos do corpo somente, mas pela sábia e ordenada direção da boa mão de Deus sobre cada pessoa particular por elas atingida. E que, seja imposta por desagrado pelo pecado, para sua correção e emenda, seja para provar e exercitar as suas graças, seja para outros fins especiais e excelentes, todos os seus sofrimentos se converterão em seu benefício, e cooperarão para o seu bem, se ele se esforçar sinceramente por fazer um uso santificado da visitação de Deus, sem desprezar o seu castigo, nem se cansar da sua correção.

Se suspeitar que ele é ignorante, examiná-lo-á nos princípios da religião, especialmente no que se refere ao arrependimento e à fé; e, conforme julgar oportuno, instruí-lo-á na natureza, no uso, na excelência e na necessidade dessas graças, assim como no que se refere ao pacto da graça e a Cristo, o Filho de Deus, o Mediador dele, e no relativo à remissão dos pecados pela fé nele.

Exortará o enfermo a que se examine a si mesmo, a que busque e prove a sua conduta anterior e o seu estado para com Deus.

E se o enfermo declarar algum escrúpulo, dúvida ou tentação que o assalte, dar-se-lhe-ão instruções e soluções para satisfazê-lo e resolvê-lo.

Se parecer que não tem a devida consciência dos seus pecados, deve-se procurar convencê-lo dos seus pecados, da culpa e do merecimento deles; da sujeira e da contaminação que a alma contrai por eles; e da maldição da lei, e da ira de Deus, devida a eles; para que se afete verdadeiramente e se humilhe por eles: e, além disso, fazer-lhe saber o perigo de adiar o arrependimento, e de descuidar a salvação em qualquer momento em que se ofereça; para despertar a sua consciência, e despertá-lo de uma condição néscia e segura, para apreender a justiça e a ira de Deus, diante da qual ninguém pode subsistir, senão aquele que, perdido em si mesmo, se apega a Cristo pela fé.

Se ele se tiver esforçado por andar nos caminhos da santidade e por servir a Deus com retidão, ainda que não sem muitas falhas e fraquezas; ou se o seu espírito estiver

quebrantado pelo senso do pecado, ou abatido pela falta do senso do favor de Deus; então será conveniente animá-lo, apresentando-lhe a gratuidade e plenitude da graça de Deus, a suficiência da justiça em Cristo, as ofertas de graça no evangelho, de que todos os que se arrependem e creem de todo o coração na misericórdia de Deus por meio de Cristo, renunciando à sua própria justiça, terão vida e salvação nele. Também pode ser útil mostrar-lhe que a morte não tem nenhum mal espiritual a temer para os que estão em Cristo, porque o pecado, o aguilhão da morte, foi tirado por Cristo, que libertou todos os que são seus do medo da morte, triunfou sobre o sepulcro, deu-nos a vitória, entrou ele mesmo na glória para preparar um lugar para o seu povo: de modo que nem a vida nem a morte poderão separá-los do amor de Deus em Cristo, no qual os tais estão seguros, ainda que agora devam ser postos no pó, de obter uma ressurreição gozosa e gloriosa para a vida eterna.

Também se pode aconselhar que se acautelem de uma persuasão mal fundamentada na misericórdia, ou na bondade da sua condição para o céu, de modo que renunciem a todo mérito em si mesmos, e se apoiem totalmente em Deus para obter misericórdia, nos únicos méritos e mediação de Jesus Cristo, que se comprometeu a nunca rejeitar os que com verdade e sinceridade vêm a ele. Também se deve ter cuidado para que o enfermo não se deixe abater pelo desespero, mediante uma representação tão severa da ira de Deus que lhe corresponde pelos seus pecados, que não se mitigue com uma proposição sensata de Cristo e do seu mérito como porta de esperança para todo crente penitente.

Quando o enfermo estiver mais tranquilo, puder ser menos perturbado, e outros ofícios necessários ao seu redor forem menos impedidos, o ministro, se o desejar, orará com ele e por ele, neste sentido:

"Confessando e lamentando o pecado original e atual; a condição miserável de todos por natureza, como filhos da ira e sob a maldição; reconhecendo que todas as enfermidades, as moléstias, a morte e o próprio inferno, são os problemas e efeitos próprios delas; implorando a misericórdia de Deus para o enfermo, através do sangue de Cristo; suplicando que Deus lhe abra os olhos, lhe descubra os seus pecados, o faça ver que está perdido em si mesmo, lhe dê a conhecer a causa pela qual Deus o fere, revele Jesus Cristo à sua alma para justiça e vida, lhe dê o seu Espírito Santo, para criar e fortalecer a fé para se apegar a Cristo, para operar nele evidências consoladoras do seu amor, para armá-lo contra as tentações, para separar o seu coração do mundo, para santificar a sua presente visitação, para dotá-lo de paciência e força para suportá-la, e para lhe dar perseverança na fé até o fim.

Que, se Deus quiser prolongar os seus dias, se digne abençoar e santificar todos os meios para a sua recuperação; que elimine a enfermidade, renove as suas forças e lhe permita andar dignamente de Deus, mediante uma lembrança fiel e a observância diligente dos votos e promessas de santidade e obediência que os homens costumam fazer em tempos de enfermidade, para que possa glorificar a Deus no que lhe resta de vida.

E, se Deus determinou terminar os seus dias com a presente visitação, que possa encontrar tal evidência do perdão de todos os seus pecados, do seu interesse em Cristo, e da vida eterna por Cristo, que possa fazer com que o seu homem interior se renove, enquanto o seu homem exterior decai; para que possa contemplar a morte sem temor, lançar-se inteiramente a Cristo sem hesitar, desejar ser dissolvido e estar com Cristo, e assim receber o fim da sua fé, a salvação da sua alma, pelos únicos méritos e intercessão do Senhor Jesus Cristo, nosso único Salvador e Redentor totalmente suficiente".

O ministro o admoestará também (quando houver motivo para isso) para que ponha em ordem a sua casa e evite assim inconvenientes; para que se ocupe do pagamento das suas dívidas, e para que restitua ou satisfaça o que tenha feito de errado; para que se reconcilie com aqueles com quem esteve em desacordo, e para que perdoe plenamente a todos os homens as suas ofensas contra ele, já que espera o perdão da mão de Deus.

Por fim, o ministro pode aproveitar a presente ocasião para exortar os que rodeiam o enfermo a que considerem a sua própria mortalidade, voltem ao Senhor e façam as pazes com ele; que na saúde se preparem para a enfermidade, a morte e o juízo; e que todos os dias do seu tempo designado esperem até que chegue a sua mudança, para que, quando Cristo aparecer, que é a nossa vida, possam aparecer com ele em glória.

Do enterro dos mortos

QUANDO uma pessoa partir desta vida, que o cadáver, no dia do enterro, seja decentemente acompanhado desde a casa até o lugar designado para o enterro público, e ali seja sepultado imediatamente, sem cerimônia alguma.

E porque o costume de ajoelhar-se e orar junto ao cadáver ou voltado para ele, e outros usos semelhantes, no lugar onde jaz antes de ser levado à sepultura, são supersticiosos; e porque se tem abusado grosseiramente de orar, ler e cantar, tanto ao ir para o túmulo como junto a ele, não sendo de forma alguma proveitosos para os mortos, e tendo se mostrado de muitas maneiras prejudiciais para os vivos; portanto, deixemos de lado todas essas coisas.

Contudo, julgamos muito conveniente que os amigos cristãos que acompanham o cadáver até o lugar designado para o enterro público se dediquem a meditações e conversas adequadas à ocasião, e que o ministro, como em outras ocasiões, também neste momento, se estiver presente, os faça lembrar do seu dever.

Que isso não se estenda a negar nenhum respeito ou deferência civil no enterro, adequado à posição e condição do falecido, enquanto vivia.

Do jejum solene público

QUANDO alguns juízos grandes e notáveis são infligidos a um povo, ou aparentemente iminentes, ou por algumas provocações extraordinárias notoriamente merecidas; como também quando se deve buscar e obter alguma bênção especial, o jejum solene público (que deve continuar todo o dia) é um dever que Deus espera dessa nação ou povo.

Um jejum religioso requer uma abstinência total, não só de todo alimento (a menos que a fraqueza corporal impeça manifestamente aguentar até que o jejum termine, caso em que se pode tomar algo, ainda que com muita moderação, para sustentar a natureza, quando se estiver prestes a desfalecer), mas também de todo trabalho mundano, discursos e pensamentos, e de todos os deleites corporais e semelhantes (ainda que em outras ocasiões sejam lícitos), das roupas ricas, dos ornamentos e semelhantes, durante o jejum; e muito mais de tudo o que é de natureza ou uso escandaloso e ofensivo, como trajes chamativos, hábitos e gestos lascivos, e outras vaidades de ambos os sexos. Recomendamos a todos os ministros, em seus lugares, que repreendam com diligência e zelo, como em outras ocasiões, e especialmente em um jejum, sem acepção de pessoas, quando houver ocasião.

Antes da reunião pública, cada família e pessoa em separado deve usar todo o cuidado religioso para preparar os seus corações para uma obra tão solene, e estar cedo na congregação.

A maior parte do dia, conforme for conveniente, se dedicará à leitura pública e à pregação da palavra, com o canto de salmos, para avivar os afetos adequados a tal dever, mas sobretudo à oração, com este ou semelhante propósito:

"Dando glória à grande Majestade de Deus, o Criador, Preservador e Governante supremo de todo o mundo, para nos afetar assim com uma santa reverência e temor por ele; reconhecendo as suas múltiplas, grandes e ternas misericórdias, especialmente para com a igreja e a nação, para abrandar e humilhar mais eficazmente os nossos corações diante dele; confessando humildemente os pecados de todo tipo, com suas diversas agravantes; justificando os justos juízos de Deus, como muito menos do que os nossos pecados merecem; mas implorando humilde e fervorosamente a sua misericórdia e graça para nós, a igreja e a nação, para o nosso rei e todas as autoridades, e para todos os demais por quem devemos orar (conforme exigir a necessidade presente) com mais especial importunidade e amplitude do que em outras ocasiões; aplicando pela fé as promessas e a bondade de Deus para o perdão, o auxílio e a libertação dos males sentidos, temidos ou merecidos; e para obter as bênçãos de que necessitamos e esperamos; juntamente com a entrega de nós mesmos totalmente e para sempre ao Senhor".

Em tudo isto, os ministros, que são a boca do povo diante de Deus, devem falar de coração, após séria e completa premeditação, para que tanto eles como o seu povo se vejam muito afetados, e até derretidos por isso, especialmente pela dor dos seus pecados; para que seja verdadeiramente um dia de profunda humilhação e aflição da alma.

Deve-se fazer uma seleção especial das Escrituras a serem lidas e dos temas para a pregação, que possam melhor trabalhar os corações dos ouvintes para o assunto especial do dia, e que os disponham mais à humilhação e ao arrependimento: insistindo mais naqueles pontos que a observação e a experiência de cada ministro lhe dizem serem mais conducentes à edificação e à reforma da congregação a que prega.

Antes de terminar os deveres públicos, o ministro deve, em seu próprio nome e no do povo, comprometer o seu coração e o deles a serem do Senhor, com o propósito e a resolução professos de reformar tudo o que estiver errado entre eles, e mais particularmente os pecados de que têm sido mais notavelmente culpados; e de se aproximarem de Deus, e andarem mais estreita e fielmente com ele em nova obediência, do que nunca antes.

Deve também admoestar o povo, com toda importunidade, de que a obra desse dia não termina com os deveres públicos dele, mas que devem aproveitar o resto do dia, e de toda a sua vida, reforçando em si mesmos e em suas famílias, em particular, todos aqueles afetos e resoluções piedosas que professaram em público, a fim de que se fixem em seus corações para sempre, e eles mesmos possam encontrar mais sensivelmente que Deus cheirou um doce aroma em Cristo das suas atuações, e se aplaca para com eles, por respostas de graça, no perdão dos pecados, na remoção dos juízos, na prevenção ou afastamento das pragas, e na concessão de bênçãos, adequadas às condições e orações do seu povo, por Jesus Cristo.

Além dos jejuns solenes e gerais ordenados pela autoridade, julgamos que, em outras ocasiões, as congregações podem guardar dias de jejum, conforme a providência divina lhes conceda uma ocasião especial; e também que as famílias podem fazer o mesmo, desde que não seja nos dias em que a congregação a que pertencem deva reunir-se para jejuar, ou para outros deveres públicos de culto.

Da observância pública dos dias de ação de graças

QUANDO se for celebrar um dia deste tipo, avisar-se-á dele e da ocasião em que será celebrado, com a devida antecedência, para que o povo possa preparar-se melhor para isso.

Chegado o dia, e reunida a congregação (depois dos preparativos privados), o ministro deve começar com uma palavra de exortação, para estimular o povo ao dever para o qual se reuniu, e com uma breve oração pedindo a assistência e a bênção de Deus (como em outras reuniões para o culto público) conforme a ocasião particular da sua reunião.

Que então faça alguma narração concisa da libertação obtida, ou da misericórdia recebida, ou do que quer que tenha ocasionado essa reunião da congregação, para que todos possam entendê-lo melhor, ou estar cientes disso, e estar mais afetados por

isso.

E, uma vez que o canto de salmos é a ordenança mais apropriada para expressar alegria e ação de graças, que se cante algum salmo ou salmos pertinentes para esse propósito, antes ou depois da leitura de alguma porção da palavra adequada ao assunto presente.

Em seguida, o ministro que for pregar proceda a uma exortação e oração adicional antes do seu sermão, com referência especial à presente obra; depois do que, que pregue sobre algum texto da Escritura pertinente à ocasião.

Terminado o sermão, não somente ore, como em outras ocasiões depois da pregação, com a lembrança das necessidades da Igreja, do Rei e do Estado (se antes do sermão foram omitidas), mas se estenda na devida e solene ação de graças pelas misericórdias e libertações anteriores; mas mais especialmente pelo que no presente os convoca a dar graças: com a humilde petição de que continuem e se renovem as costumeiras misericórdias de Deus, conforme necessário, e a graça santificante para fazer correto uso delas. E assim, depois de terem cantado outro salmo, adequado à misericórdia, que despeça a congregação com uma bênção, para que tenham um tempo conveniente para a sua refeição e refrigério.

Mas o ministro (antes de despedi-los) deve admoestá-los solenemente para que se guardem de todo excesso e desenfreio, que tenda à gula ou à embriaguez, e muito mais desses mesmos pecados, em sua refeição e refrigério; e que tenham cuidado para que a sua alegria e regozijo não sejam carnais, mas espirituais, o que pode fazer com que o louvor de Deus seja glorioso, e eles mesmos sejam humildes e sóbrios; e que tanto a sua alimentação como o seu regozijo os torne mais alegres e dispostos, para continuarem celebrando os seus louvores no meio da congregação, quando a ela retornarem na parte restante desse dia.

Quando a congregação se reunir novamente, se renovará e continuará o curso da oração, da leitura, da pregação, do canto de salmos e do oferecimento de mais louvores e ações de graças, como se indicou antes para a manhã, na medida em que o tempo o permitir.

Em uma das reuniões públicas desse dia, ou em ambas, se fará uma coleta para os pobres (e do mesmo modo no dia da humilhação pública), para que os seus lombos nos abençoem e se alegrem mais conosco. E se exortará o povo, ao final da última reunião, a passar o resto desse dia em deveres santos, e em testemunhos de amor e caridade cristã entre si, e em regozijar-se cada vez mais no Senhor, como convém aos que fazem da alegria do Senhor a sua força.

Do canto dos Salmos

É dever dos cristãos louvar a Deus publicamente, cantando salmos juntos na congregação, e também em particular na família.

No canto dos salmos, a voz deve ser afinada e ordenada; mas o principal cuidado deve ser cantar com entendimento, e com graça no coração, fazendo melodia ao Senhor.

Para que toda a congregação se una a isso, todos os que saibam ler devem ter um livro de salmos; e a todos os demais, que não estejam incapacitados pela idade ou por outra causa, devem ser exortados a aprender a ler. Mas, por enquanto, quando muitos na congregação não sabem ler, é conveniente que o ministro, ou alguma outra pessoa idônea designada por ele e pelos demais oficiais governantes, leia o salmo, linha por linha, antes de cantá-lo.

Um apêndice sobre os dias e lugares de culto público

Nas Escrituras não há outro dia que se mande santificar sob o Evangelho além do dia do Senhor, que é o sábado cristão.

Os dias de festa, vulgarmente chamados dias santos, que não têm nenhuma justificação na palavra de Deus, não devem ser continuados.

Contudo, é lícito e necessário, em ocasiões especiais emergentes, separar um dia ou dias para o jejum público ou a ação de graças, conforme as diversas dispensações eminentes e extraordinárias da providência de Deus administrem a causa e a oportunidade ao seu povo.

Assim como nenhum lugar é capaz de ser sagrado, sob o pretexto de qualquer dedicação ou consagração; tampouco está sujeito a tal contaminação por qualquer superstição usada anteriormente, e agora deixada de lado, que possa tornar ilegal ou inconveniente que os cristãos se reúnam nele para o culto público a Deus. E, portanto, consideramos necessário que os lugares de reunião pública para o culto entre nós sejam mantidos e empregados para esse uso.

© 2026 Westminster 1647 :: https://westminster1647.com/pt/correo